



Associação dos Advogados de Macau

澳門律師公會

27º EXAME FINAL DE ESTÁGIO

Avaliação escrita – parte II

29 de Setembro de 2018

CONSELHOS:

- A. **LEIA ATENTAMENTE TODO O ENUNCIADO ANTES DE INICIAR O SEU EXAME E FAÇA A GESTÃO DO TEMPO DE QUE DISPÕE EM FUNÇÃO DE CADA QUESTÃO.**
- B. **LEMBRE-SE DE QUE NA PROFISSÃO DE ADVOGADO NÃO HÁ CERTEZAS NEM RESPOSTAS CERTAS OU ERRADAS. A FUNDAMENTAÇÃO DAS RESPOSTAS É TÃO OU MAIS IMPORTANTE DO QUE A OPÇÃO TOMADA PARA CADA QUESTÃO.**
- C. **NAS SUAS RESPOSTAS DESCRIMINE AS NORMAS LEGAIS E / OU OUTROS FUNDAMENTOS APLICÁVEIS QUE JUSTIFICAM A RESPOSTA DADA.**

DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL

(10 valores)

a)

Uma mulher grávida está prestes a dar à luz e foi a um hospital para o parto. Como não quer ter cicatrizes, a grávida não pretende ter uma cesariana. Por isso, antes do parto, disse claramente ao médico que optaria por um parto normal e não queria um parto por cesariana.

Em 15 de Janeiro de 2018, na sala de parto, o processo de parto da grávida não correu bem. Apesar do trabalho árduo da grávida com a assistência da equipa médica, é difícil realizar o parto. Com o passar do tempo, o médico descobriu que o feto tinha uma parada cardíaca súbita por estar demasiado tempo no útero da mãe e a grávida já caía em choque. Nessa altura, o médico achava que provocaria o risco de vida ou danos irreversíveis tanto à grávida como ao bebé se demorasse mais tempo. Portanto o médico realizou uma cesariana para a grávida no mesmo dia. Finalmente o bebé nasceu. A mãe e o filho estão seguros.

No entanto, após o incidente, a grávida pediu para efectivar a responsabilidade penal do médico em questão, alegando que o médico lhe tinha realizado uma laparotomia sem ter o seu consentimento e prejudicou a sua integridade física.

i) Suponha que você é advogado, indique como solucionaria a questão? (*Quid Iuris*) (3 valores)

Suponha que a grávida insistisse a efectivação da responsabilidade penal do médico, o seu marido, de acordo com a vontade dela, apresentou uma queixa junto ao Polícia para efectivar a responsabilidade do acto do médico em questão em 20 de Janeiro de 2018. O Polícia aceitou a queixa e abriu o processo de investigação.

Contudo, no dia 1 de Setembro de 2018, o magistrado do Ministério Público responsável pelo caso descobriu que não havia nos autos nenhuma forma de procuração assinada pela grávida para delegar o seu marido a apresentar a queixa acima referida, por isso, o magistrado avisou a grávida a pedir-lhe para pronunciar-se sobre a validade e oportunidade da queixa e /ou fazer um acto e requerimento que seja considerado apropriado.

ii) Suponha que você é advogado representante da grávida, que parecer daria e /ou que acto e requerimento considerado apropriado faria para que a queixa questionada sejam válida e oportuna? (3 valores)

b)

Num processo de inquérito em relação a um homicídio doloso, o homem A foi declarado arguido. Pela proposta do Ministério Público, o MM.º Juiz do Juízo de Instrução Criminal ordenou a prisão preventiva do arguido. Dois meses depois, o magistrado do Ministério Público proferiu um despacho de acusação contra o arguido.

Suponha que você é o defensor do arguido, apresentou o pedido de consulta do processo logo no mesmo dia quando recebeu o despacho de acusação referida, a fim de decidir a prática de acto processual ou requerimento que se serve necessário.

Em resposta ao seu requerimento, o magistrado proferiu o despacho a seguir: "*Deferido, mas a consulta se limita apenas à parte relacionada com o arguido.*"

i) Comente se o despacho que o magistrado proferiu é correcto ou não. Se não concordar com o despacho acima referido, de que meios de impugnação acha que pode dispor (indique e explique os fundamentos de direito) ? (2 valores)

Suponha que, após o julgamento, o Tribunal Judicial de Base tenha proferido um acórdão sobre o caso mencionado, condenando o arguido a homicídio doloso, na qual, se indicava o juízo sobre os factos relevantes: "*...o Tribunal fez um juízo dos factos depois de ter analisado de forma completa a declaração feita pelo médico legal, que tinha feito o*

relatório da autópsia do caso em causa, com uma atitude justa e imparcial na audiência de julgamento, reconhecendo assim os relativos factos comprovados.”

Mas na verdade, o médico legal acima mencionado não prestou nenhuma declaração em qualquer qualidade no próprio dia da audiência de julgamento, ou seja, o médico legal não compareceu ao julgamento.

ii) Explique se o vício acima mencionado pode ser o fundamento para um recurso. Em caso afirmativo, qual fundamento do recurso que se trata dentro dos fundamentos previstos no artigo 400.º do Código de Processo Penal? E fundamente. (2 valores)

DEONTOLOGIA PROFISSIONAL

(3 valores)

a)

O advogado A conhece um homem B, e este último mora num prédio clássico de quase cem anos. O advogado soube do homem que, há mais de 40 anos, o seu pai falecido vivia e usava o referido prédio como se fosse a sua propriedade própria. Falecido o pai, este homem herdou a propriedade ancestral do pai e continuou a usá-la e viver lá até agora, porém, o proprietário registado na Certidão do Registo Predial é o homem C.

O advogado A gosta muito deste prédio clássico, e o homem B quer muito transferir a seu próprio favor a propriedade do prédio clássico, mas ele não tem capacidade económica suficiente para pagar os honorários do advogado. Após negociações, o advogado A e o homem B chegaram a um acordo de que o primeiro instauraria uma acção de usucapião para que se transferisse a propriedade a favor do segundo e não cobraria honorários de advogado, estando, porém, o homem B sujeito a vender ao advogado A o prédio a preço de 70% do preço de mercado se conseguisse, com sucesso, tal transferência.

Comente o acto do advogado A. (1,5 valores)

b)

Um dia, um cliente pediu o advogado B para interpor uma acção declarativa de indemnização civil em relação a um acidente de viação. No acidente, as mãos e os pés deste cliente sofreram contusões. O cliente recuperou-se totalmente apenas em três dias e não precisava de ser internado nem de nenhuma operação cirúrgica, mas ele afirmou estar

moralmente danado e pediu uma indemnização diária de MOP 200.000,00, pelo que pediu o advogado B para reclamar, na petição inicial, uma indemnização ao réu, a título de dano moral, no valor total de MOP 600.000,00.

Analise como o advogado B deveria fazer perante o pedido acima mencionado? (1,5 valores)

DIREITO ADMINISTRATIVO

(6 valores)

A, residente da R.P. da China, em 9 de Abril de 2018, levou o telemóvel deixado pela ofendida B no lavatório do XX Hotel. Posteriormente, A foi interceptado pelos agentes policiais e tomou a iniciativa de explicar os factos, tendo devolvido o telemóvel para a ofendida B. B não desejava procedimento criminal contra o A. Portanto, foi encerrado o respectivo processo criminal.

Em 5 de Junho de 2018, após a audiência, o Comandante do Corpo de Polícia de Segurança Pública aplicou a medida de inibição de entrada ao A, inibindo-o de entrar na Região Administrativa Especial de Macau por um período de cinco anos. A não se conformou com a decisão e apresentou um recurso hierárquico ao Secretário para a Segurança. Tendo o Secretário para a Segurança proferido o seguinte despacho em 3 de Agosto de 2018:

"O interessado interpôs recurso hierárquico contra a decisão da interdição de entrada por período de 5 anos lhe aplicada pelo Comandante do Corpo de Polícia de Segurança Pública. O acto recorrido é baseado que havia fortes indícios de que o recorrente tinha praticado crime de furto previsto e punido pelo art.o 197 do Código Penal, que constitua perigo para a segurança. Segundo o que consta no processo, demonstra que os indícios de que o recorrente tinha praticado o crime eram suficientes e fortes, o processo de crime não foi processado, foi por causa de que a ofendida não desejava procedimento criminal, isto não impede a existência dos fortes indícios. Em Síntese, concordo com a análise consta no relatório do processo de inibição de entrada, feita pelo Comandante do Corpo de Polícia de Segurança Pública, e em conformidade com as disposições do n.º 1 do art. 161 do Código do Procedimento Administrativo, decido manter o despacho da inibição de entrada aplicada pelo Comandante do Corpo de Polícia de Segurança ".

Não se conformando com a decisão, A resolve contratar você, como advogado, para interpor recurso contencioso. Por favor, elabore a respectiva petição.

LEI BÁSICA

(1 valor)

Explique, na sua opinião, como entender de forma compreensível e precisa a relação entre a Constituição da República Popular da China e a Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau.

BOA SORTE!!

